

*Maria João Valente Rosa, Cláudia Vieira, A População Portuguesa no Século XX, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, colecção «Breve — Demografia», 2003, 170 páginas.*

A abordagem de um século de demografia portuguesa feita neste livro é, antes de mais, um texto utilíssimo e que se revelou extremamente oportuno por a sua edição pouco ter diferido da saída dos dados definitivos do recenseamento de 2001. É também um livro que, tal como as autoras anunciam na «Apresentação», pretende «produzir um trabalho de divulgação destinado não unicamente a demógrafos ou a outros investigadores, como também a um público mais vasto», o que as levou a uma linguagem simples e a explicações clarificadoras de alguns princípios da demografia. As autoras assumem também que «a perspectiva de abordagem que se privilegia é essencialmente descriptiva». Este duplo posicionamento constitui-se, em minha opinião, como o ponto mais forte do livro, mas simultaneamente como a sua maior fragilidade, na medida em que, para o demógrafo e para especialistas de áreas afins, ele fica aquém das expectativas do trabalho que poderia ser produzido por estas autoras sobre a demografia portuguesa do século xx.

Este texto revela, por outro lado, uma opção, que tem constituído uma quase constante dos trabalhos em que Maria João Valente Rosa tem sido o fio condutor, sozinha ou com

outros autores, de dar a conhecer a demografia portuguesa de uma forma pragmática e quase diríamos utilitária, como complemento indispensável de outras abordagens da realidade social portuguesa.

Globalmente, gostaria ainda de saudar a inclusão de dois índices, um de quadros e outro de figuras, e ainda do anexo. O anexo inclui as estruturas por idades da população portuguesa para todos os censos de 1900 a 2001 e as respectivas pirâmides etárias, ferramentas sempre úteis, bem como um glossário dos principais termos e conceitos utilizados. A inclusão deste glossário e a forma como está redigido reforçam a perspectiva de se tratar de um texto que se pretende acessível a não demógrafos, não perdendo de vista que o rigor da sua leitura depende de um correcto entendimento dos conceitos.

O primeiro tema tratado, após uma pequena nota introdutória aos censos portugueses do período considerado, diz respeito aos «Volumes e dinâmicas populacionais». Depois de uma abordagem simples relativa aos volumes e ritmos de crescimento da população, as autoras centram-se fundamentalmente na dinâmica populacional.

A dinâmica natural é analisada e periodizada quer em relação aos saldos naturais, quer em relação à evolução da mortalidade e da natalidade. A mortalidade surge tratada através das taxas brutas, da taxa de mortalidade infantil e da esperança de vida, esta na dupla vertente da esperança

de vida à nascença e da esperança de vida aos 65 anos, o que desde logo indica a preocupação de uma análise mais pormenorizada do envelhecimento no topo da população.

A análise da natalidade, vista também através das respectivas taxas brutas e da fecundidade, é feita de forma mais analítica e com menos informação do que a mortalidade. Na explicação da quebra do número total de nados-vivos para o período de 1917 a 1919 gostaria de ter visto expresso, para além do efeito da primeira guerra mundial, o efeito inequívoco da gripe pneumónica, que é, aliás, bem referenciada em nota sobre a evolução do saldo natural deste mesmo período. Aliás, esta questão volta a surgir mais à frente, na análise do aumento da nupcialidade em 1920. Igualmente neste ponto existe uma outra pequena questão relativa ao calendário da fecundidade, que é uma temática que vale a pena abordar quando se podem aprofundar mais os seus significados, quer demográficos, quer sociais. Quando as autoras se referem às importantes alterações sofridas pela fecundidade nas últimas décadas do século, abordam a alteração do calendário da fecundidade, medida pela idade média da fecundidade ao nascimento do primeiro filho, que se torna mais tardia e que ocorrem entre, genericamente, o início da década de 80 e o início da de 90, como significativa dessas alterações. Ora, acontece que Portugal teve de forma persistente ao longo do século uma fecundidade bastante tardia, que pode ser traduzida por uma idade

média da fecundidade superior aos 30 anos em 1930, em cima dos 29 anos em 1970, em cima dos 27 anos em 1980 e manifestando a partir daí novo movimento de subida, como os valores das autoras também traduzem. Logo, a minha observação tem a ver fundamentalmente com o facto de não ser referido que, tendo embora em atenção que os contextos sociais se foram alterando, a fecundidade ter sempre sido tardia a nível nacional, manifestando um lentíssimo movimento para idades mais jovens, que se acentua de forma rápida após 1974 (nos últimos anos da década e até cerca de meados da década de 80, a maior intensidade da fecundidade deslocou-se mesmo para o grupo de idades 20-24). Julgo, assim, que, como ilustração das alterações sofridas pela fecundidade, o exemplo não foi o mais feliz. Há, aliás, ao longo do livro, mais algumas observações das autoras que, em minha opinião, deveriam ter sido mais fundamentadas.

Quanto à dinâmica migratória, as autoras fazem uma análise fundamentalmente descritiva, simples e clara, chamando a atenção para a dificuldade de trabalhar com dados pouco fiáveis e socorrendo-se de outros trabalhos já realizados. A virtualidade deste ponto está na atenção dada ao fenómeno da imigração não só no que contém de fenómeno novo na actualidade, mas também na sua explicitação ao longo do século XX.

O segundo tema, relativo às «Famílias e estruturas familiares», tem uma estrutura interessante em que, a par de uma análise sobre a evolução

do número de famílias e da sua dimensão média, se encontram abordadas questões sobre a evolução da tipologia das famílias e da sua complexificação ao longo do período. Surgem também tratadas variáveis mais comuns em trabalhos de demografia, como a nupcialidade ou o celibato. É de saudar a introdução deste ponto no trabalho, dado não constituir uma área de análise muito usual em análises de uma população, principalmente tratando-se de uma visão secular e inserida numa visão concisa dessa mesma evolução.

Optaram as autoras pela abordagem do tema «As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e a ocupação do espaço português», que constitui o terceiro tema do livro, em detrimento de uma análise sobre a evolução dos aspectos regionais dessa mesma população. Logo na «Apresentação», e na primeira nota, assumem não tratar esses aspectos, por considerarem que «a sua importância e especificidade justificam, só por si, um estudo à parte». Assim, este tema percorre brevemente a questão da progressiva litoralização do país e da sua lenta urbanização para se centrar na evolução da população, desde 1900, dos espaços hoje considerados as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. O trabalho começa por incidir na análise do fenómeno da bipolarização do povoamento em torno das cidades de Lisboa e do Porto para depois, com mais pormenor, analisar a periodização do fenómeno nas duas áreas metropolitanas, descendo até ao nível dos concelhos. De forma pertinente, observam o

papel diferencial dos saldos naturais e migratórios neste processo.

O último tema tratado corresponde à «Composição da população por idades». Depois de uma abordagem dos aspectos globais da evolução da estrutura etária da população, é dado algum relevo a cada um dos grupos funcionais (que correspondem aos grupos de idade 0-14, 15-64 e 65 e mais anos). Para o último grupo de idades é, de forma interessante, analisado o «índice de envelhecimento interno», ou seja, o progressivo aumento dos idosos mais velhos. Em seguida é apresentada a evolução dos índices de envelhecimento e dos rácios de dependência. De forma descriptiva, é em seguida dada atenção ao processo de envelhecimento em curso, em que também se aborda o envelhecimento diferencial por sexo. Este ponto é concluído por um pequeno exercício de evolução prospectiva da população, utilizando dois modelos simples. O primeiro, em que apenas são consideradas as variáveis «mortalidade» e «fecundidade/natalidade», e um segundo, em que é também incluída uma hipótese relativamente aos movimentos migratórios.

Este exercício, sustentado na análise anterior da evolução da população nas suas várias vertentes, permite às autoras terminar este ponto com algumas observações acerca não só do futuro inexorável de envelhecimento da população portuguesa, como também sobre quais os factores determinantes da velocidade a que ocorrerá, ou seja, os movimentos migratórios e a fecundidade.

O livro termina com uma «Síntese conclusiva», onde se defende a tese das cinco transições demográficas que Portugal sofreu ao longo do século XX: epidemiológica, da fecundidade, migratória e urbana, familiar e, finalmente, etária. É uma abordagem interessante, que serve fundamentalmente como forma de arrumação das várias vertentes-chave da evolução da população portuguesa ao longo do século XX e que permite às autoras terminar o seu livro concluindo que «Portugal deixou, assim, de significar uma das principais exceções da demografia europeia no que diz respeito aos percursos e estruturas familiares, às condições sanitárias e aos níveis de mortalidade, à composição etária da população, aos níveis de urbanização, aos níveis de fecundidade ou à atracção exercida sobre a população de outros países. E por todas estas razões afirmou-se, no final do século XX, como um país de demografia moderna.»

MARIA LUÍS ROCHA PINTO